

PAULO HENRIQUE AMARO DE ALMEIDA LIMA

**O IMPACTO DAS TRANSFERÊNCIAS MUNICIPAIS NOS DESMEMBRAMENTOS
DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

**Monografia apresentada á Faculdade de
Economia, Administração, Contabilidade e
Atuária da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.**

Orientador: Fabiana Fontes Rocha

SÃO PAULO

2022

PAULO HENRIQUE AMARO DE ALMEIDA LIMA

**O IMPACTO DAS TRANSFERÊNCIAS MUNICIPAIS NOS DESMEMBRAMENTOS
DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

**Monografia apresentada á Faculdade de
Economia, Administração, Contabilidade e
Atuária da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.**

Orientador: Fabiana fontes Rocha

SÃO PAULO

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Amaro, Paulo

o impacto das transferências municipais nos desmembramentos de municípios brasileiros– São Paulo, 2022.

Nº de páginas 29

Área de concentração: Economia do Setor Público.

Orientador: Prof. Dr. Fabiana Fontes Rocha.

Monografia – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo.

1.Desmbramentos; 2. FPM; 3. Transferencias

Aos meu país que sempre me apoiaram durante toda minha trajetória na
Universidade.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao LabPub que me deu a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos.

A Prof. Dr. Fabiana Fontes Rocha, pela dedicação nas correções e orientações neste período de aprendizado.

Aos meus colegas de graduação que tornaram um período de longa dedicação em algo divertido.

“Você pode encarar um erro como uma besteira a ser esquecida, ou como um resultado que aponta a uma nova direção.”

Steve Jobs.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	VI
RESUMO.....	VII
ABSTRACT.....	VIII
1 INTRODUÇÃO	10
2 METODOLOGIA	17
3 ANÁLISE DOS DADOS	21
4 CONCLUSÕES	25
REFERÊNCIAS.....	26

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1 - PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS EM 2021**
- FIGURA 2 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS CRIADOS ENTRE 1990 E 2010**
- FIGURA 3 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS CRIADOS POR ESTADO**
- FIGURA 4 - PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS CRIADOS POR REGIÃO**
- TABELA 1 - MÉDIA DE FPM/POP ENTRE 1996 E 1998**
- TABELA 2 - MÉDIA DE FPM/POP ENTRE 2000 E 2002**
- TABELA 3 - MÉDIA DE POPULACIONAL ENTRE 1996 E 1998**
- TABELA 4 - MÉDIA DE POPULACIONAL ENTRE 2000 E 2002**

RESUMO

O IMPACTO DAS TRANSFERÊNCIAS MUNICIPAIS NOS DESMEMBRAMENTOS DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Objetivo: O objetivo é verificar se o FPM, ao privilegiar os municípios pequenos, gerou um comportamento estratégico de emancipação como forma de aumentar as receitas per capita. Em outras palavras, busca investigar se a criação de municípios foi uma resposta endógena ao sistema de transferências. Para tanto, compara as transferências recebidas por municípios que se separaram com as transferências recebidas pelos municípios que tentaram se separar, mas não conseguiram.

Resultados: Os resultados obtidos demonstram que tanto os municípios que se emancipam, quanto os que perdem território, tem um aumento em relação aos recursos provenientes. Entre 1996 e 1998 o FPM per capita dos municípios pais passaram de 87 para 119 e entre 2000 e 2002 passam de 201 para cerca de 289. Já os municípios filhos, apresentam sempre valores acima dos pais, sendo cerca de 183 em 1997, e próximo de 545 em 2001.

Descritores: FPM, Transferencias Municipais, Desmembramentos municípios.

Classificação JEL: H72, H71, H77, H79

ABSTRACT

THE IMPACT OF MUNICIPAL TRANSFERS ON BRAZILIAN MUNICIPALITIES BREAKDOWN

Purpose: The objective is to verify if the FPM, by privileging small municipalities, generated a strategic emancipation behavior as a way of increasing per capita revenues. In other words, it seeks to investigate whether the creation of municipalities was an endogenous response to the transfer system. To do so, it compares the transfers received by municipalities that separated with the transfers received by municipalities that tried to separate but were unable to.

Results: The results obtained demonstrate that both the municipalities that are emancipated, as well as those that lose territory, have an increase in relation to the proceeds. Between 1996 and 1998, the per capita FPM of the parent municipalities went from 87 to 119 and between 2000 and 2002 they went from 201 to around 289. The child municipalities, on the other hand, always present values above the parents, being about 183 in 1997, and close to 545 in 2001.

Key words: FPM, Municipal Transfers, Municipalities Dismemberment.

JEL Classification: H72, H71, H77, H79

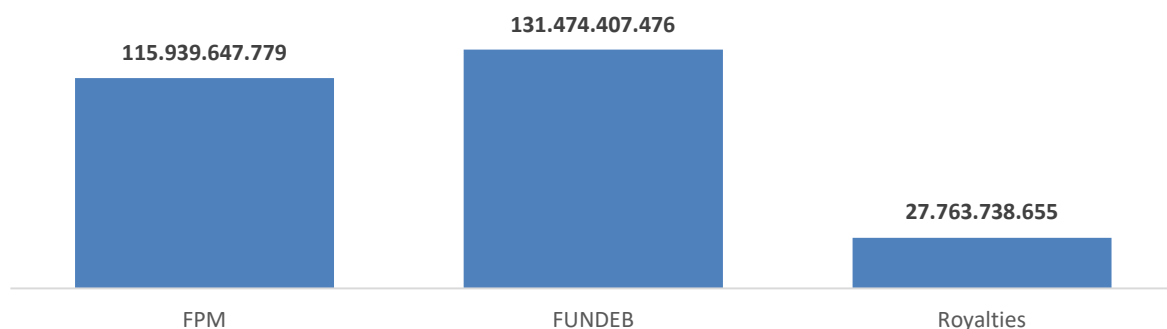
1 INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A partir da proclamação da república em 1889, o Brasil passou a experimentar uma nova forma de organização das forças, o federalismo. Entretanto, durante todo período republicano, a organização federativa passou por diferentes formas, ganhando espaço em algumas e perdendo em outras. Durante a primeira república (1889 - 1930) temos um período marcado pelas oligarquias, onde os estados tiveram sua máxima autonomia em relação ao poder central, entretanto, Durante o período era Vargas (1930 - 1945), temos a voltar do poder centralizador, com a perda de autonomia dos estados e centralização do poder federal, já durante o período de 1946 e 1964, o Brasil volta a experimentar um período democrático, e assim, os estados voltar a recuperar a sua autonomia, mas não no nível da primeira república. Com a introdução do período ditatorial entre 1964 e 1985, temos o retorno da centralização do poder, inclusive na situação financeira, o que voltava a contrair o pacto federativo. Com a instauração da constituição de 1988, temos o retorno do pacto federativo, com destaque para representatividade dos municípios.

Neste aspecto, um dos instrumentos essenciais do federalismo se destaca pelas transferências não voluntárias aos municípios. Com objetivo de amenizar a desigualdade e viabilizar a prestação dos serviços essenciais à população, sendo a principal transferência, o FPM.

1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS EM 2021



O FPM está previsto no artigo 159 da constituição federal, sendo obrigado a repassar seus valores a os municípios e ao DF. Os recursos do FPM são provenientes de 22,5% dos recursos arrecadou do imposto de renda e IPI.

A divisão dos recursos é feita pelo TCU a partir de duas principais variáveis, renda per capita e população. Onde, a partir disso, haverá a distribuição dos municípios em 3 categorias, sendo capital, Reserva e interior. Com a divisão, a alocação dos recursos se dará de forma a capitais receberem 10% do total, Reserva 3,6% e 86,4% para interior. Sendo que a partir dessa divisão, o TCU fica responsável pelo cálculo dos coeficientes para cada município

Olhando para os sistemas de transferências, um aspecto importante a ser analisado é como eles impactam os municípios. Baião, Cunha e Souza (2017) afirmam que o FPM, um sistema de repasse de caráter redistributivo, exerce um impacto negativo sobre os municípios mais populosos e na camada da população em situação de extrema pobreza. Além disso, demonstram que o ICMS tem os mesmos efeitos, sendo que somente o Fundeb apresenta um efeito mais equalitário. Assim, é evidenciado que municípios menores acabam tendo maiores ganhos com o sistema de transferências que os municípios mais populosos.

Diante da diferença do impacto gerado pelas transferências entre municípios grandes e pequenos, entender a forma como eles se financiam é essencial. Esses dados são apresentados pelo trabalho de Gerigk, Ribeiro e Lepchak (2019), que busca entender como os pequenos municípios do Brasil se financiam, olhando quanto do seu orçamento é proveniente de transferências intergovernamentais e quanto é receita própria. Encontram que em média 48% da receita dos micros municípios (aqueles com menos de 5000 habitantes) são oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Além disso, 19% das receitas são oriundas das transferências do ICMS e 7% do FUNDEB. Com isso temos que em média, somente 26% da receita dos micros municípios brasileiros são provenientes de recursos próprios, demonstrando uma grande dificuldade de autofinanciamento e dependência de recursos externos.

Portanto, podemos buscar a relação entre a diferença de impacto das transferências entre os municípios menores e maiores, e respectivamente sua dependência em relação a recursos externos. Essa comparação é feita por Gomes e Mac Dowell (2000), onde demonstram que a dependência de transferências gerada pelos pequenos municípios, causa a movimentação de recursos das grandes cidades para as pequenas, que acontece por meio do sistema de transferência do FPM, que distribui mais recursos per capita para municípios pequenos que municípios grandes. Com isso, quanto mais municípios pequenos, menos recursos sobram para os grandes. Além disso, os municípios pequenos, até 10 mil habitantes, e micro municípios, até 5 mil habitantes, acabam recebendo mais recursos per capita que os grandes, mesmo tendo 7,5% e 2% da população brasileira, ainda que não necessariamente representando a parcela mais pobre, não justificando a concentração de receita. Outro fator apontado é o aumento de gastos com despesas administrativas dos novos municípios, visto que necessitam da criação de administração própria, o que torna mais escassos os recursos para investimentos e na qualidade de vida da população.

Tomio (2002) mostra que a descentralização fiscal gerada pela nova constituição, criava benefícios fiscais a pequenos municípios, o que se tornou uma oportunidade eleitoral para os legisladores, que buscando ganhos futuros, trabalharam junto ao executivo para abrandar o processo, visto que a regulamentação de desmembramentos passa a ser de responsabilidade estadual. O resultado foi um aumento de 25% do total de municípios brasileiros entre o período de 1988 e 2000. Com isso, (Silva and Silva, 2018) trazem um ponto importante ao olhar para questões eleitorais relacionados a transferências. Este reforça o fato de os municípios pequenos estarem distantes de ter autonomia financeira, algo que já foi explorado acima, mas traz uma importante contribuição, que é a relação de impostos com as receitas próprias dos municípios, e receitas de transferências com o risco político-eleitoral. É afirmado que os prefeitos, acreditando que as receitas próprias são muito baixas em relação ao montante total, acabam por preferir não aumentar a arrecadação própria por meio de impostos, pois isso geraria um aumento de risco político com um pequeno retorno real financeiro.

Outra contribuição relacionada a visão política demonstra o efeito das transferências no resultado de eleições municipais. Neste contexto, foram utilizados dados de 2004, 2008, 2012 e 2016 para cidades com até 47.545 habitantes, o que cobre cerca de 32 % da população e 81% dos municípios Brasileiros. O resultado geral é que prefeitos que recebem mais verbas federais tem maiores chances de reeleição, sendo que entre os municípios, de até 22.772 habitantes, as chances são ainda maiores (Passos, 2019).

(Dantas Junior, Diniz e Lima, 2019) traz no seu trabalho uma perspectiva a respeito do federalismo implementado a partir da constituição de 1988 no estresse fiscal nos municípios brasileiros. Para isso, utilizou dados da Secretaria do tesouro nacional – STN coletados a partir da FINBRA para todos os municípios brasileiros entre o período de 2006 e 2012. O trabalho teve como variáveis, receitas, despesas, autonomia e descentralização, o que formou um vetor que define o estresse fiscal. Para isso, foi usado um modelo de regressão logística com dados em painel de efeito fixo, o que confirmou a hipótese de que quanto maior a dependência de transferências intergovernamentais, e maior a parcela de gastos relacionados com bens e serviços relacionados com o funcionamento do governo, maior o nível de estresse fiscal. Com isso, temos uma demonstração de um efeito negativo na dependência de municípios em relação a transferências.

(Vieira *et al.*, 2017) foca em seu trabalho em demonstrar a relação entre o esforço do município na arrecadação própria em relação a transferências municipais com seu desenvolvimento, se baseando nos indicadores socioeconômicos. Os dados utilizados foram obtidos do IFDM e do banco de dados sobre finanças públicas (FINBRA). O resultado alcançado demonstra que a relação entre arrecadação própria e recebimento de transferências afeta o esforço dos municípios na arrecadação de recursos próprios, dificultando que o município se desenvolva para autossuficiência.

(Rodrigues e Silva, 2020) por meio de seu trabalho, demonstra a disparidade entre as transferências municipais para os municípios do Pará. Para isso, é feita a comparação entre duas modalidades de transferências, O ICMS, que é relativo à atividade econômica, e o FPM, que leva coeficientes populacionais em consideração.

Para análise foram utilizados 3 métodos, o coeficiente de variação (cv), coeficiente de Gini e o T de Theil. O resultado alcançado mostrou que o ICMS apresenta uma concentração maior que o FPM, com este sendo mais igualitário. Entretanto, também é demonstrado que diferentemente do que ocorre com o ICMS, onde municípios mais desenvolvidos e com uma economia mais dinâmica são mais beneficiados, o FPM tende a beneficiar municípios com economias menos desenvolvidos e cidades com menor população, sendo que Jacareacanga, uma cidade com cerca de 41 mil habitantes, lidera com o maior FPM per capita, na casa dos R\$1.800.

(Lima, 2021), demonstra em seu trabalho a dependência dos municípios em relação as transferências municipais para concretizar suas políticas públicas. Para isso, usa como amostragem as 15 maiores cidades do Piauí, com dados para os anos de 2013, 2016 e 2018. O resultado apresentado é que em média, os municípios analisados têm uma taxa de dependência na casa dos 46%, sendo que a moda chega na casa dos 61%. O que demonstra uma grande dependência dos municípios em relação as transferências.

(Deda e Kauchakje, 2019), traz uma análise em relação as transferências e a representação desproporcional dos distritos eleitorais. Para isso, foram utilizados dados relativos aso municípios brasileiros entre o período de 2004 e 2014. O autor aqui tenta promover a relação entre a representação desproporcional, que é a diferença entre cadeira legislativas e população. Como resultado, tem se que os estados sobrerrepresentados, tem maior representatividade, acabam por ter maiores transferências per capita que estados sub representados, demonstrando um efeito político na distribuição de transferências.

(Medeiros, Oliveira e Caminha, 2020) demonstra em seu trabalho que o estado do Tocantins apresenta um total de 82% dos municípios com até 10 mil habitantes, sendo desse total, 53% com até 5 mil habitantes. A partir disso, é feita e inferência da relação entre recursos próprios e provenientes de transferência, chegando 88% do total da arrecadação sendo oriunda do FPM em 2006, alcançando um valor de 82% em 2013. Sendo assim, apesar de demonstrar uma queda na dependência, é evidenciado que um estado com majoritariamente municípios

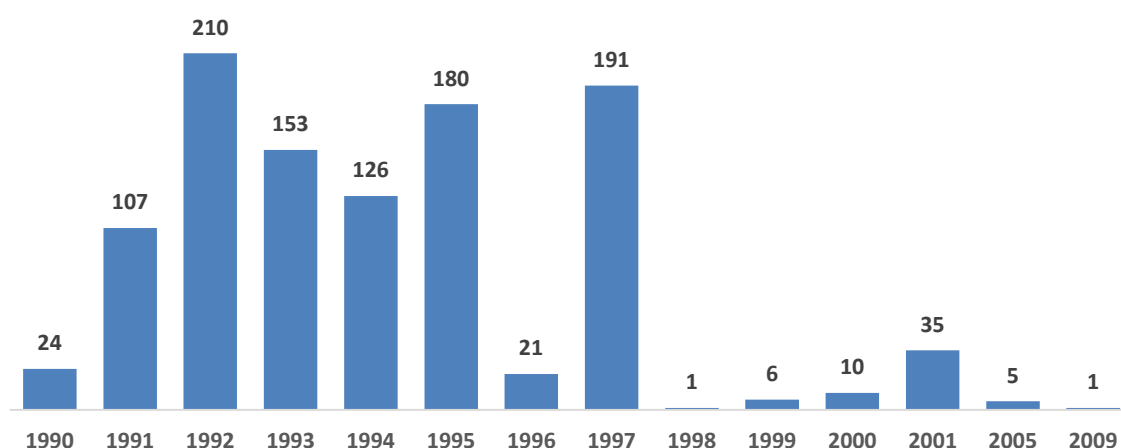
pequenos, se demonstra extremamente necessitado de transferências externas para complementação de seu orçamento

2 METODOLOGIA

A pesquisa envolve 3 frentes de coletas de dados e uma de inferência das informações, sendo a primeira relativa aos dados dos distritos que realizaram plebiscitos e conseguiram a aprovação no processo de emancipação, seguido pelos dados populacionais dos municípios envolvidos no processo de emancipação. A terceira etapa foca no processo de obtenção dos dados relativos ao Fundo de Participação Municipal, FPM, que serão usados na quarta etapa de comparativo dos recebimentos de transferência antes e depois dos processos de tentativas e sucessos de emancipação.

A coleta dos dados relativos aos Distritos bem-sucedidos no processo de emancipação se deu por meio uma compilação da evolução dos municípios por década obtido do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio de uma raspagem de dados. A partir da raspagem foi obtido quais municípios existiam no Brasil em cada década, e com isso, partiu-se para a segunda etapa de modelagem. A etapa de modelagem se deu em transformar os dados obtidos em formato tabular, criando variáveis por década e mantendo somente os municípios que foram criados. A terceira etapa se deu pela identificação correta da data de emancipação, com esse processo sendo feito por consulta manual de cada município, totalizando 1070 municípios de 25 estados no período entre 1990 e 2010.

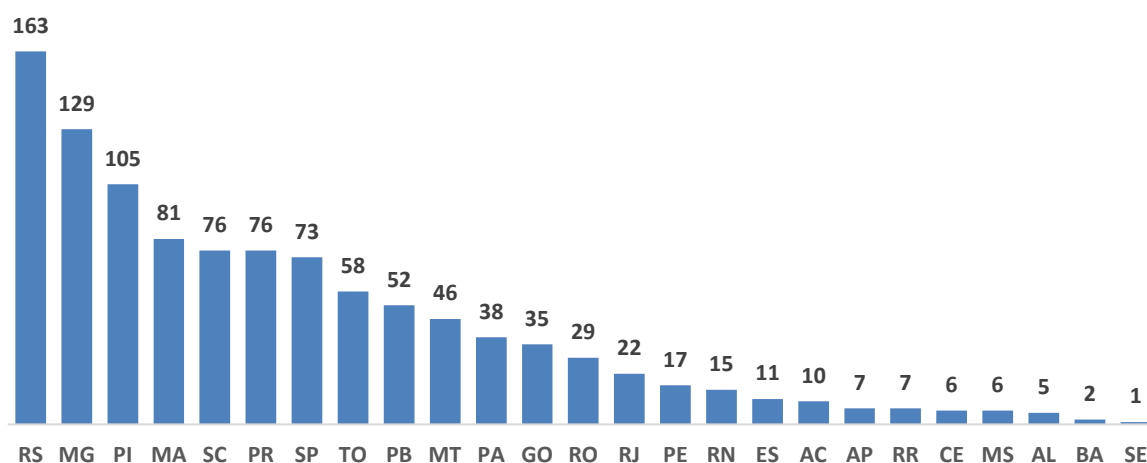
1.1 FIGURA 1 -NÚMERO DE MUNICÍPIOS CRIADOS ENTRE 1990 E 2010



O gráfico acima demonstra a distribuição dos dados obtidos em relação aos anos, tendo como um ponto interessante a grande concentração de criação de municípios na década de 90, sendo que somente 5% do total foi realizado a partir dos anos 2000.

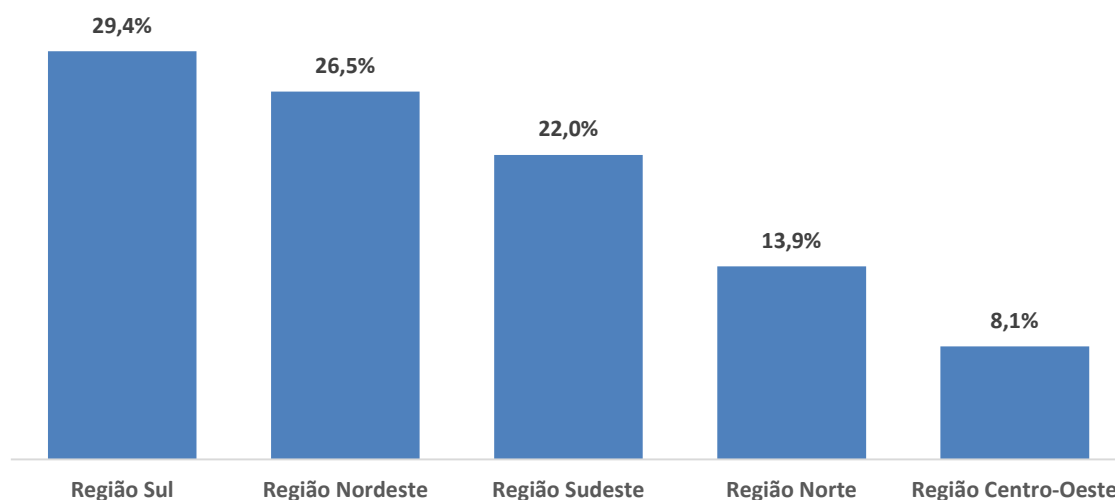
Em relação a concentração de criação por estados, temos o Rio Grande do Sul como o mais representativo, tendo cerca de 15% do total, seguido por Minas Gerais com 12% e PI com cerca de 10%.

1.2 FIGURA 2 -NÚMERO DE MUNICÍPIOS CRIADOS POR ESTADO



Na análise relacionada as regiões, foi demonstrando o Sul com maior representatividade, chegando próximo dos 30%, seguido por nordeste com cerca de 26% e sudeste próximo de 22%.

2.3 FIGURA 3 – PERCENTUAL DE MUNICIPIOS CRIADOS POR REGIÃO



Seguindo para a segunda parte da coleta, foi dado ênfase nos dados populacionais, que foram obtidos por meio do portal IPEADATA, trazendo a evolução de residentes por municípios entre os anos de 1996 e 2010. A terceira e última parte de coleta de dados foi feita por meio do portal Tesouro Nacional Transparente, onde foi obtido os dados relativos as transferências de FPM. Neste ponto, apesar de ter a disposição dados de desmembramentos a partir de 1990, a disponibilização de dados relativos a transferências somente se encontra a partir de 1996, o que força utilizar na análise o recorte dos anos de 1997 e 2001.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Para realizar o comparativo entre o período pré-emancipação e pós, foi calculado a média de FPM per capita no município pai antes e após a emancipação, e no município filho, no ano de emancipação e no subsequente.

Olhando para 1997, podemos analisar o FPM per capita dos municípios pais em 1996 e 1998 para entender como este processo afetou o recebimento de transferências. O ano de 1996 apresenta uma média próxima a 87, sendo que o ano de 1998, seguinte ao processo de divisão, apresenta uma média próxima a 119. Os municípios emancipados em 1997 apresentaram uma média próxima a 183, sendo superior as médias de município pai antes e após a divisão.

1.3 TABELA 1 -MÉDIA DE FPM/POP ENTRE 1996 E 1998

Estado	Média de FPM/POP PAI 1996	Média de FPM/POP PAI 1998	Média de FPM/POP FILHO 1997
ES	109,4	181,6	98,5
GO	19,9	58,5	40,3
MA	59,9	90,4	101,0
MG	80,5	126,9	189,0
MT	84,0	107,0	242,7
PA	40,2	47,8	79,0
PB	95,3	125,3	245,5
PE	68,3	118,9	85,6
PI	128,7	139,9	207,5
PR	73,1	145,8	180,7
RJ	45,3	73,7	76,4
RN	85,3	109,2	317,7
RR	116,0	183,5	91,8
RS	186,0	116,5	253,8
SC	87,1	107,2	277,1
SP	84,8	101,6	518,7

A tabela acima demonstra os valores médios per capita separados por estados, onde podemos ver que os estados que tiveram um maior acréscimo nos índices foram GO com 193%, PR com 99% e PE com 74 %.

Olhando para 2001, temos um acréscimo menor em relação ao aumento de recebimento de FPM pelos municípios pais, onde sua média era de 67% em 1997 e passa a 49% em 2001, tendo uma média de 201 em 2000, e chegando a

próximo de 289 em 2002. Por outro lado, temos um maior coeficiente de transferência por população para o município filho, chegando à média de 545.

1.4 TABELA 2 -MÉDIA DE FPM/POP ENTRE 2000 E 2002

Estado	Média de FPM/POP PAI 2000	Média de FPM/POP PAI 2002	Média de FPM/POP FILHO 2001	Média de FPM/POP FILHO 2002
GO	121,9	171,7	637,8	779,7
MT	153,1	225,4	776,2	912,3
PI	65,6	100,8	354,0	433,5
RN	578,7	796,8	428,2	528,4
RS	88,1	144,9	529,4	650,2

Outro ponto importante a ser considerado é o perfil populacional dos municípios em cada período. Temos que em 1997 a média populacional do município pai era cerca de 57 mil habitantes antes de se desmembrar, e passou para cerca de 45 mil um ano após o processo, gerando uma redução média de 20%. Enquanto isso, temos os municípios filhos com uma média populacional de cerca de 12 mil habitantes.

1.5 TABELA 3 -MÉDIA POPULACIONAL ENTRE 1996 E 1998

Estado	Média de POPULAÇÃO PAI 1996	Média de POPULAÇÃO PAI 1998	Média de POPULAÇÃO FILHO 1997
ES	12678	16088	15846
GO	107672	53914	71752
MA	79327	49251	11134
MG	38561	29784	5834
MT	18159	14947	3428
PA	183055	164174	11784
PB	40935	33936	6758
PE	50182	38679	11981
PI	29484	27560	4034
PR	36025	27773	6091
RJ	86350	65979	23057
RN	24326	19974	2934
RR	9055	3937	4684
RS	69976	45554	3462
SC	52939	49562	8677
SP	77607	77496	2103

Olhando para 2001, temos um perfil de redução populacional menor, assim como

a criação de municípios com menor população. Tendo os municípios pais com uma média de 42 mil habitantes antes de se emancipar, após o processo a média tem uma queda para cerca de 41 mil, ocasionando uma diferença de apenas 2%. Entretanto, olhando para a média populacional dos municípios criados, temos cerca de 2900 habitantes, número 76% menor que em 1997.

1.6TABELA 4 -MÉDIA POPULACIONAL ENTRE 1996 E 1998

Rótulos de Linha	Média de POPULAÇÃO PAI 2000	Média de POPULAÇÃO PAI 2002	Média de POPULAÇÃO FILHO 2001
GO	83108	84161,5	2785,5
MT	7570	6736	1855,2
PI	40742	36932	3030
RN	1939	2017	4443
RS	76566,3	75529,4	2346,5

4 CONCLUSÕES

Este trabalho teve como principal objetivo analisar como os processos de emancipação a partir da constituição federal de 1988 se estruturam seguindo a hipótese central de que estes processos foram usados de forma a obter mais recursos relativos ao fundo de participação municipal.

Os resultados obtidos demonstram que tanto os municípios que se emancipam, quanto os que perdem território, tem um aumento em relação aos recursos provenientes. Entre 1996 e 1998 o FPM per capita dos municípios pais passaram de 87 para 119 e entre 2000 e 2002 passam de 201 para cerca de 289.

Já os municípios filhos, apresentam sempre valores acima dos pais, sendo cerca de 183 em 1997, e próximo de 545 em 2001. Apesar de 1997 e 2001 apresentarem o mesmo comportamento de aumento de transferência, é interessante notar como o número de habitantes influencia nos resultados. Para o período de 1997, temos o maior acréscimo de receita entre municípios pais, sendo cerca de 67% contra 49% em 2001, e a maior queda populacional, reduzindo cerca de 20% contra ínfimos 2% de 2001. Esse fenômeno também pode ser visto em relação aos municípios filhos, onde 2001 apresenta a menor média populacional, próximo de 2900 contra 12 mil de 1997. Porém olhando para a relação população FPM, temos 2001 com média de 545 e 1997 com 114. Com isso, temos que a emancipação municipal leva a ganhos relativos tanto dos municípios filhos como dos pais, além de privilegiar municípios com menores números populacionais.

REFERÊNCIAS

ahmad, c. s. et al. mechanical properties of soft tissue femoral fixation devices for
baião, a. l.; cunha, a. s. m. da; souza, f. s. r. n. de. papel das transferências
intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros. revista do
serviço público, v. 68, n. 3, p. 583–610, 29 set. 2017.

gerigk, w.; ribeiro, f.; lepchak, a. desempenho fiscal dos pequenos municípios
brasileiros. revista contabilidade e controladoria, v. 11, n. 1, 15 out. 2019.

gomes, g. m.; dowell, m. c. mac. descentralização política, federalismo fiscal e criação
de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. texto
para discussão, v. 706, n. 706, p. 5–27, 2000.

passos, n. maiores transferências federais aumentam a probabilidade de reeleição?
evidências a partir de regressões de descontinuidade aplicadas a eleições municipais.
revista de desenvolvimento e políticas públicas, v. 3, n. 2, 2019.

silva, albertiano dias da; silva, alex dias da. autonomia municipal

no federalismo fiscal brasileiro: a eficiência na administração tributária municipal. dom
helder revista de direito, v. 1, n. 1, 2018.

tomio, f. r. de l. a criação de municípios após a constituição de 1988. revista brasileira
de ciências sociais, v. 17, n. 48, fev. 2002.

dantas junior, amarando francisco e diniz, josedilton alves e lima, severino cesário de.
a influência do federalismo fiscal sobre o estresse fiscal dos municípios brasileiros.
advances in scientific and applied accounting, v. 12, n. 3, 2019.

deda, carin caroline e kauchakje, samira. determinantes das transferências fiscais
para as unidades municipais: efeitos da representação desproporcional dos distritos
eleitorais brasileiros. revista de administração pública, v. 53, n. 1, 2019.

lima, wallace moacir paiva. finanças de municípios: análise da dependência das
transferências da união (estados) nos fundos municipais. história, cultura e sociedade
brasileira: diálogos interdisciplinares. [s.l.: s.n.], 2021. .

medeiros, ana lucia e oliveira, nilton marques e caminha, fernanda silva. gestão fiscal
dos municípios do tocantins: o que mostra o índice firjan? revista brasileira de
desenvolvimento regional, v. 7, n. 2, 2020.

rodrigues, marcos e silva, david costa correia. concentração e dependência das transferências constitucionais nos municípios do pará. cadernos gestão pública e cidadania, v. 25, n. 80, 2020.

vieira, michelle aparecida e colab. implicações do esforço de arrecadação no desempenho socioeconômico dos municípios de minas gerais. gestão & regionalidade, v. 33, n. 99, 2017.

